

Nota Oficial da ASPRA /RO

Face aos desdobramentos quanto a mobilização das esposas de Policiais Militares, ocorridos entre os dias 03 a 12 de Dezembro, que teve como intuito reivindicatório um reajuste salarial que chegasse a 44%, a Associação dos Praças da Polícia Militar (ASPRA) vem a público esclarecer que:

1 - A associação é uma entidade representativa da classe dos praças (soldados ao sub-tenente), Capital e Interior, que tem como finalidade defender os interesses da categoria em causas coletivas e assistência individual ao associado nos aspectos social e jurídico;

2 – Dentro deste contexto a associação acompanhou todos os passos da manifestação, sempre se colocando a disposição da classe para que todos os atos que envolvesse a categoria fossem acometidos de seriedade e manutenção de dialogo com o Poder Público;

3 – Em reuniões com a equipe governamental, sempre se posicionou pela participação democrática e manteve a articulação com várias entidades representativas da classe na Capital e no Interior; de forma que o movimento iniciado no dia 03 de dezembro não foi decisão da maioria, mas um ato intempestivo isolado que levou todos a uma negociação tumultuada ocorrida no período em destaque;

4 – Foram feitos vários contatos para que os interessados na causa e líderes do movimento tivessem voz para fazer o pleito, e quando o canal de negociação entrou em conflito com uma das associações, foi procurado caminhos para uma nova abertura, que culminou com uma participação política em prol de uma solução pacífica;

5 – Em todo o momento a ASPRA manteve canal com a representatividade da categoria, Capital e Interior, para que houvesse discussões e a maioria decidisse sobre a manifestação;

6 – Por intervenção da ASPRA, foram realizadas quatro reuniões envolvendo as lideranças do interior, sendo duas na Capital, inclusive com a equipe governamental, e duas no interior do Estado, Ji Paraná e Cacoal, a última com a presença do presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, que resultou no encontro com o governo do Estado, na segunda-feira (12), no auditório da OAB, em Porto Velho;

7 – Na reunião, por maioria, os líderes da Capital e do Interior, decidiram pela suspensão do movimento paredista, aceitando a proposta de realinhamento feita pelo governo de 12,6%, a ser repassado para categoria nos meses de janeiro/2012, agosto/2012 e janeiro/2013, e assegurou a manutenção da negociação para o período após a transposição;

8 - A associação coloca toda a estrutura física e profissional a disposição dos associados e companheiros que entraram nesta luta e sempre se colocaram com seriedade e presteza para defender a causa coletiva;

Neste contexto entendemos que a diretoria da ASPRA se manteve até o final de maneira ética e preservando o Direito coletivo, procurando a todo o momento manter aberto o canal de negociação com o governo, para que a categoria não viesse a ter um prejuízo maior, como a não entrada do reajuste em projeto de lei a ser encaminhado a Assembléia Legislativa até o próximo dia 15. Consideramos oportuna a nova negociação a ser feita posterior a transposição, quando haverá um novo cenário econômico e um novo estudo para contemplar a categoria militar. A Aspra, enquanto entidade representativa tem a intenção de contribuir de maneira incisiva e substancial na luta pela melhoria e valorização dos militares, mas repudia ações impensadas que levem a falta de credibilidade do militar.

Porto Velho, 12 de Dezembro de 2011.

Silvio Luiz Rodrigues Ramalho
Presidente da ASPRA